

Ata 65ª Reunião Ordinária

Aos dezenove dias do mês de março de 1999 sob a presidência do Comandante-de-Mar-e-Guerra, Roberto Agnese Fayad, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos Conselheiros, Osiris Stenghel Guimarães, José Carlos Gomes Carvalho, Mário Manoel das Dores Roque, Carlos Roberto Frisoli, Eli Nilson da Silva, Luiz Fernando de Oliveira Mazzitelli, Luiz Ivan de Vasconcellos, José Roberto Almeida Corrêa, João Gilberto Cominese Freire, José Manoel Chaves, Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Alceu Claro Chaves, Leopoldino de Abreu Neto, Júlio Monteiro de Souza, Djalma Costa Martins. **Justificativa de Ausência:** José Silvio Gori. **Abertura da Reunião:** O Sr. Presidente fez a saudação aos Senhores Conselheiros e, em seguida, referindo-se aos 64 anos do Porto de Paranaguá como Porto Organizado, cumprimentou o Engº Osiris Stenghel Guimarães, diretores e funcionários da APPA pela comemoração ocorrida no dia 17 de março próximo passado, destacando a participação da Marinha do Brasil, citando, inclusive, a presença do Navio Escola Almirante Saldanha na data de inauguração do Terminal. Depois, referiu-se à sua participação da Marinha na questão Segurança à Navegação e destacou todo o período em que a Instituição disciplinou o trabalho marítimo nos portos, inclusive, dirimindo questões através da DTM e, mais recentemente, com a participação dos Capitães de Portos, nas presidências dos CAPs. **Aprovação da Ata :** Submetida à discussão e votação, a Ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente em seguida, registrou a presença do Sr. Mauro Marder, Diretor do Consórcio Redran/Transbrasa que administra o TEVECON - que, atendendo solicitação do Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães, iria fazer uma apresentação sobre as atividades do Consórcio, seus projetos etc. O Sr. Mauro Marder discorreu sobre as atividades do Consórcio e o que será feito nos próximos anos, destacando que, a partir do 4º e 8º anos o Terminal terá 3 pontos de atracação e 232 mil metros quadrados de área, além de um armazém de consolidação, um escritório, e uma área de armazenagem de contêineres; e que serão necessárias obras de consolidação do terreno, face a existência de lodo. Disse que a área hoje utilizada não é suficiente para o atual movimento o que obriga fazer operação com contêineres vazios fora da área. Informou que no ano 1, da exploração, serão necessários mais de 170 metros de cais; que nesse tempo o Terminal terá 3 portêineres, 7 transtêineres e 10 caminhões tratores; que até o 3º ano serão 3 portêineres, no 7ª e 8º, 5; e, no 9º, 6 portêineres. Finalmente informou que os transtêineres vão evoluir de 7 no ano 1 para 21 no final do projeto. O Consórcio pretende que, ao final do projeto a área líquida seja de 232 mil metros quadrados. Complementou informando que o custo do projeto será de 94 milhões de reais. O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho indagou sobre a questão do alfandegamento e foi informado que ele ainda não é feito em razão do Terminal

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

não ter atendido as condições exigidas pela Receita Federal referentes a estrutura de escritório, armazenamento etc. **PROHAGE** : Cedida a palavra pelo Sr. Presidente, ao Coordenador da Comissão Local, Dr. André Luiz, este informou que, na última Reunião, com a presença dos representantes dos diversos Ministérios, foram aprovadas as atas anteriores. Disse que, a questão do THC e da "demora" na desova de contêineres voltaram a ser assunto da pauta; que o representante do Ministério dos Transportes sugeriu que fosse feita uma Comissão para ir até Brasília acompanhar os assuntos de interesse, os trabalhos e sugestões enviados à Comissão Nacional. Depois, ressaltou o problema da falta de verba nos ministérios, tendo o CMG Roberto Agnese Fayad, representante da Marinha, sugerido que fosse convidado o Almirante Ribamar, do GEMPO, para que ele viesse ver de perto, os trabalhos já realizados. Informou que o Ministério dos Transportes recebeu elogios da empresa que trata da logística da Renault, em razão de que, os problemas anteriormente encontrados, foram sanados e os tempos das cargas da Renault, reduzidos. O Dr. André Luiz informou sobre a sua recondução à frente da Comissão Local por mais um ano e sobre palestra proferida pelo Chefe da Divisão de Controle Aduaneiro da 9ª Região Fiscal, a respeito da alteração na legislação, que obriga, *"acusar a presença de cargas feitas pelos depositários a partir de 29 de março, a fim de que os Usuários (Importadores) possam fazer suas declarações de importação"*. O objetivo da lei é evitar o desvio de mercadorias não desembaraçadas pela Receita e citou casos desvios ocorridos em Paranaguá, Itajaí, e mais recentemente em São Francisco do Sul. Usando da palavra o Sr. Presidente cumprimentou o Coordenador do PROHAGE por sua recondução ao cargo. Em aparte o Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães, considerando a importância do assunto manifestou preocupação com a possibilidade das entidades envolvidas não estarem eventualmente, preparadas para dar cumprimento à Instrução Normativa nº 138, enfatizando a necessidade daquelas entidades se adequarem aos termos da Instrução. O Dr. André, disse que fez uma convocação oficial para os depositários que têm Terminais (Porto, Cargill, e EADIs) para uma reunião às 14:00 horas, convidando também para essa reunião os Terminais que estão próximos de conseguir seu alfandeamento (Redran Transbrasa e Ponta do Félix) . Disse que toda Instrução Normativa causa alguma dificuldade no começo, e alertou sobre a necessidade dos Depositários informarem, também, sobre a presença de carga no seus estoques. Quem não fizer isso vai ter dificuldade de fazer o Registro de Importação, completou. **EXPEDIENTE : Operadores Portuários** - Estão qualificados 78 Operadores Portuários na APPA. **Fundo de Dragagem:** Pelo Relatório e Demonstrativo da Receita/Despesa do Fundo de Dragagem o saldo apresentado no mês de fevereiro é de 2.469.301,21 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e um reais e vinte e um centavos). **Correspondência Expedida: Ofício 13/99 - CAP de 19/03/99** encaminhando à Comissão Tarifária e Orçamentária, o ofício 060/99-APPA de 18/02/99 que se reporta ao Tema **THC - De quem é a responsabilidade** para manifestação dessa Comissão, em complementação ao ofício 12/99 do CAP de 10/02/99 que tratou do mesmo assunto. **Ofício 14/99 - CAP de 22/02/99** encaminhando

para conhecimento, cópia do ofício 062/99 da APPA à Capitania dos Portos que se reporta a operação no Cais de Inflamáveis, consultando, pelas peculiaridades do Terminal, sobre a necessidade da utilização de rebocadores na área. **Ofício 15/99 – CAP de 25/02/99** convidando o Sr. Mauro Marder, Diretor da Redram Transbrasa para participar da Reunião do CAP e apresentar relato sobre as atividades do TEVECON e seus projetos; **Ofício 16/99-CAP de 25/02/99** encaminhando Ata da 62ª Reunião Ordinária e Relatório de Arrendamentos da APPA ao Ministério dos Transportes – MT – Secretaria dos Transportes Aquaviários conforme solicitação daquele Ministério; **2.1 Correspondência Recebida : Correspondência da ACIAP** convidando o Sr. Presidente do CAP para participar da reunião em 25/02/99 com a Comitativa de Dirigentes da Autoridade Portuária de Livorno; **Cópia dos ofícios nºs 093, 094 e 095/99 – APPA de 12/03/99**, com o anexo ofício 454/98-APP de 09/12/98, dirigido à Capitania dos Portos que se referia ao Programa de Adestramento e Inspeções de Embarcações, encaminhados respectivamente à SAVEIROS Camuyrano Serviços Marítimos S/A, Metalnave S/A Com. e Indústria de Navegação e Companhia Navegação das Lagoas, solicitando informações sobre as ações implementadas por aqueles segmentos ligados à operação (neste ano e a médio prazo), no sentido de contribuir para o processo de modernização do Porto. **Relatório Gerencial da APPA:** O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos relatou que a APPA em fevereiro teve a seguinte movimentação: Carga Geral: 188.665 tons; Granel Sólido, 358.724 tons; Pátio de Triagem, caminhões 9759; Vagões Descarregados, 342; Contêineres, 13.948 TEU's; Veículos Descarregados, Volks 2102; Movimento de Navios, 110; Tempos de Espera de Navios: Carga Geral, Fertilizantes e Full-Contêiner, zero dias e, Corredor, 16 dias. **Fatos Relevantes :** Chegada do "Ship-Loader" de ZMPC (China); Início da pavimentação de 60.000m² pela Redran; Liberação da Ordem de Serviço do DER para pavimentação do Pátio de Cegonheiras, acesso dos veículos ao CDV e pátio da Volkswagem e, uma pista da avenida portuária; o "sapatão" continua trabalhando a plena carga desde 24/02/99. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães aduziu ao Relatório as seguintes informações: Que a Ponta do Félix em 6 de março recebeu um "pallet bridge" que está sendo montado; que o Porto entrou com pedido de rescisão, por descumprimento, do Contrato com a Flutrans e que a APPA está negociando Contrato Provisório com outra empresa até que seja feita nova licitação. A intenção é dar suporte ao Porto de Antonina e ajudar a minorar os problemas com o recebimento de adubo em Paranaguá. Completou informando sobre a movimentação de mercadorias em fevereiro que foi de 2.298 mil toneladas contra 2.078 mil toneladas do ano passado. Manifestou, em seguida, preocupação pela queda da Receita Portuária e a conseqüente impossibilidade de atender todos os compromissos da APPA. Disse, que deverá trazer brevemente o assunto para análise do CAP. **Relatório das Comissões:** Em virtude da ausência justificada do Relator da Comissão Tarifária e Orçamentária à reunião, a Conselheira Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira, em seu nome, reportou-se à questão do THC – Terminal Handling Charge (assunto em poder da Comissão para

manifestação) informando que a Comissão ainda não tem uma posição a respeito e que o assunto fica para a próxima reunião. Depois apresentou Ata relatando a decisão da Comissão em razão de uma solicitação do Conselheiro Carlos Roberto Frisoli para a "criação" de incentivos tarifários e facilidades de ordem burocrática *tendentes a promover a atração de cargas por cabotagem e outras originárias do Mercosul*. A Comissão decidiu o seguinte: **Recomendar:** a) Que a APPA proceda a redução Tarifária para **cabotagem** de cargas em contêineres, veículos e graneis sólidos e os demais itens inscritos na Carga Geral; b) Referida redução deverá ter como parâmetro as tarifas praticadas nos portos vizinhos como, São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba, Santos e Rio Grande. c) Que a APPA promova estudos de facilidades de ordem burocrática e agilidades operacionais. Sobre a cabotagem o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli fez a seguinte complementação: que é um tema que vem crescendo no Brasil; que depende de uma decisão da Autoridade Portuária; que é uma concorrência entre dois modais: o transporte rodoviário e o marítimo; e, que o diferencial é a tarifa baixa. O Conselheiro Eli Nilson da Silva, em aparte, disse que o assunto exige maiores aprofundamentos no que tange ao processo logístico do transporte, porque nem sempre o frete por navio é mais barato do que por caminhão, citando como exemplo os embarques da Sadia para o Amazonas. Em razão da complexidade do assunto o Sr. Presidente por sugestão do Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho pediu um tempo à APPA para que esta através de uma Comissão coordene o assunto.

Assuntos Gerais: O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho fez distribuir aos Conselheiros a "Declaração de Montevideu", assinada pelo Conselho Industrial do Mercosul, que congrega a União Industrial Argentina, Confederação Nacional da Indústria do Brasil, União Industrial Paraguaia e Câmara de Indústrias do Uruguai e, uma manifestação da FIEP, por ele presidida, resumida em 7 pontos, nos quais a entidade "reafirma sua confiança na superação do atual quadro de dificuldades, apostando que o perigo iminente da desestabilização econômica motiva a Nação para, de uma vez por todas, ultimar as reformas estruturais, especialmente tributária, a relação do trabalho e política, pondo fim à doença crônica dos déficits públicos descontrolados, causa fundamental da recessão e do risco inflacionário"... A Conselheira Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira registrou a presença do Presidente do Sindicato dos Consertadores e, em seu nome, sobre o protesto, deu conhecimento ao CAP do que vem acontecendo com a categoria que está, no momento, em dissídio, sem nenhum acordo em vista e, que seus trabalhadores estão vendo as cargas, que deveriam ser manuseadas por eles, ser trabalhadas por pessoas pertencentes as empresas. Esse fato tem gerado algumas autuações por parte da autoridade competente, mas os Operadores continuam usando seu pessoal, não requisitando como deveriam, os Consertadores. A Conselheira considerou a atitude uma ilegalidade. O Conselheiro Mário Manoel das Dores Roque manifestou-se a favor da Lei 8.630/93 e das privatizações, mas acha que Paranaguá vai ter problemas de emprego. Na sua opinião o governo precisa pensar no

trabalhador. Depois condenou a falta de respeito ao trabalhador parnanguara. Lamentou, na condição de Prefeito Municipal, o fato de inexistir vontade política para aprovação do RIMA que permitirá a instalação do Distrito Industrial de Paranaguá e a partir daí, novos empregos. O Conselheiro Wilson Moraes da Silva, dizendo que iria fazer uma reflexão, começou afirmando que a presença do Presidente do Sindicato dos Consertadores à Reunião, era reflexo que o quadro de problemas no Porto de Paranaguá é grave; que o pessoal está passando fome e que todas as categorias, inclusive aquelas com alguma condição, estão com dificuldades. Manifestou preocupação com seu próprio Sindicato e com o que acontecerá em junho próximo, época do acordo salarial de sua categoria. Realçou o apoio de seu Sindicato em favor dos Consertadores e lamentou a determinação daqueles que não desejam acertar. Depois informou que foi reconduzido para a Presidência do SINTRAPORT para mais um período de 02 (dois) anos. A Conselheira Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira acrescentou, informando ao CAP, "que o Sindicato dos Consertadores propôs, e até agora não obteve nenhuma resposta a um acordo de 20% abaixo do Porto de Itajaí e que, mesmo assim, seus trabalhadores não vêm sendo requisitados. Extremamente preocupada, considerou que estamos vivendo um flagelo, e que a falta do acordo é uma selvageria". Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e marcou **a próxima reunião no Porto de Antonina, no dia 16 de abril às 10:00 horas**, tendo eu Ivany Marés da Costa lavrado a presente Ata que segue assinada por mim, pelo Sr. Presidente, e demais Conselheiros.